

A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina Sudamérica¹

Ândrea Francine Batista

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita” - UNESP, *campus* de Presidente Prudente.

Membro do coletivo de professores voluntários da Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF/MST.

Professora da Universidade Federal Fronteira Sul - Campus de Laranjeiras do Sul.
e-mail: andrea.batista@uffs.edu.br

Resumo

No presente artigo pretendemos evidenciar a hegemonia do desenvolvimento do capital no campo através do agrohídronegócio, mineração, e os grandes projetos de infraestrutura, e seus consequentes processos de desterritorialização e subsunção de camponeses, indígenas, e afrodescendentes, que, fruto da contradição deste próprio sistema, se mobilizam e se organizam consolidando lutas de resistência no campo, como por exemplo, a Via Campesina Internacional. A partir deste cenário, analisamos o papel da formação e da organização política na construção de territorialização contra-hegemônica no campo. Para isso são tomadas como base as experiências desenvolvidas pela Via Campesina, região América do Sul que, a partir de suas lutas, organização e formação político-profissional, vão forjando seus intelectuais orgânicos e construindo territórios (material e imaterial) de enfrentamento ao desenvolvimento do capital no campo e suas consequências.

Palavras-chave: Territorialização; Via Campesina; Contra-hegemonia; Organização Política; Formação.

Resumen

La formación y la organización política en la territorialización contra-hegemónica: la experiencia de la Vía Campesina Sudamérica

En el presente artículo, evidenciaremos la hegemonía del desarrollo del capital en el campo a través del *agrohidronegocio*, la minería y los grandes proyectos de infraestructura con sus consecuentes procesos de desterritorialización y subsunción de campesinos, indígenas y afro-descendientes, que, fruto de la contradicción del propio sistema, se movilizan y se organizan consolidando luchas de resistencia en el campo, como por ejemplo, la Vía Campesina Internacional. En este escenario, analizamos el papel de la formación y de la organización política en la construcción de la territorialización contra-hegemónica en el campo. Para esto, son tomadas como base las experiencias desarrolladas por la Vía Campesina, región Sudamérica que, desde sus lutas, organización y formación política-profesional, forja sus intelectuales orgânicos y construye territorios (material e imaterial) de enfrentamiento al desarrollo del capital en el campo y sus consecuencias.

¹ Este artigo é fruto da investigação de mestrado realizada através do programa de pós-graduação em Geografia através de uma parceria entre a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, *campus* de Presidente Prudente e a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF. A investigação foi realizada sob a orientação do prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi, e coorientação da Prof. Dra. Leonilde Servolo Medeiros entre os anos de 2011 e 2013, ano que se conclui a dissertação e o presente artigo.

Palabras clave: Territorialización; Vía Campesina; Contra-hegemonía; Organización Política; Formación.

Abstract

Formation and political organization in counter-hegemonic territorialization: the experience of Via Campesina South America

In this article we intend to evidence the hegemony of capital development in rural areas through agro-and-hydro-business, mining and large infrastructure projects and its attendant processes of deterritorialization and subsumption of peasants, indigenous and afro-descendents. Due to the contradiction of this system itself these populations mobilize and organize, consolidating resistance struggles in the countryside, as for example does Via Campesina International. From this scene, we analyze the role of political education and organization in the building of a counter-hegemonic territorial in the countryside. For this we base on the experience developed by Via Campesina, in South America, from their struggles, political organization and professional and political education; which creates its organic intellectuals and builds territories (material and immaterial) confronting capital development in the countryside and its consequences.

Keywords: Territoriality; Via Campesina; Counter-hegemony; Political Organization; Education.

Introdução

O desenvolvimento do capital no campo nos últimos trinta anos na América Latina vem redesenhando suas estratégias de territorialização a partir dos mesmos critérios de produtividade para exportação de produtos agrícolas e de recursos naturais. Consolida-se no campo o agrohidronegócio² e intensifica-se a mineração que, relacionados a gigantescos projetos de infraestrutura estabelecem uma dominação de caráter hegemônico na região. Em especial na América do Sul a extração e produção em larga escala de matérias primas (mineiras e agrícolas) como minério de ferro, alumínio, petróleo, soja, celulose e etanol, que são altamente demandantes de água e energia, estão no centro das prioridades. Antigos latifúndios improdutivos passam a ser latifúndios de elevada produtividade sob o domínio de transnacionais que produzem essencialmente para a exportação.

A atual territorialização hegemônica do capital ocorre essencialmente pelo domínio das relações econômicas de produção capitalistas, da política e da ideologia. Este processo não é novo, mas encontra novas formas e configurações. Desde a acumulação primitiva de capital o sistema expropriou terra e território de diversos grupos do campo num processo de desterritorialização. Quando não diretamente expropriando, em diferentes circunstâncias, subsumiu camponeses e comunidades tradicionais à lógica do grande capital, para assim reproduzi-lo.

Este processo marca um novo momento histórico dos conflitos territoriais causados pelo capital no campo e cuja resposta são processos de resistência e de luta contra-hegemônica. Fruto das contradições do desenvolvimento desta política econômica, do capital, forjaram-se historicamente diferentes organizações e movimentos sociais. Dentre estas organizações de camponeses indígenas e afrodescendentes, destacamos a articulação internacional de movimentos, a Via Campesina Internacional (VCI), que vem forjando a proposta de um novo modelo agrícola baseado em princípios da agroecologia e da soberania alimentar em contraposição a este modelo econômico para o campo fundado no agronegócio (FERNANDES, 2008), no hidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010), na

² Conceito utilizado por Thomaz Junior, que se refere à intrínseca relação entre o hidronegócio e o agronegócio na conformação das disputas territoriais no século XXI.

extração dos recursos naturais em escala gigantesca e que domina também política e ideologicamente constituindo-se, nos últimos anos, numa hegemonia do capital no campo.

Para tanto, a VCI realiza lutas, mobilizações e *processos de formação político-profissional* junto à sua militância e dirigentes na busca de organizar os sujeitos históricos do campo para um processo de re-territorialização fundados num projeto para campo e na construção de uma nova sociedade.

A Via Campesina nasce da articulação de organizações sociais do campo que surgem nos marcos das diferentes formas de territorialização do capital na agricultura. Esta articulação internacional, desde uma estrutura organizativa horizontal e coletiva, busca construir unidade de ação desde as mais diferentes formas político-organizativas a nível mundial. Para fortalecer suas lutas e ações, assim como sua própria organicidade em caráter internacional, a Via Campesina forja diferentes experiências de formação política e profissional, nos quais desde seus princípios e pressupostos potencializam o caráter político-pedagógico da própria organização social, forjando seus militantes / quadros e seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1967; 1982; 2000).

Portanto, a territorialização contra-hegemônica do capital promovida pela Via Campesina ocorre a partir de suas linhas estratégicas; suas ações de luta e enfrentamento ao modelo do agrohidronegócio e às consequências do capital no campo; sua forma organizativa; e suas políticas de formação, forjando a consciência de sua própria classe.

Territorialização do capital no campo na América do Sul e suas consequências

A história da expropriação do homem em relação à natureza está vinculada a história da separação do produtor ou trabalhador dos meios de produção, ou como afirma Quaini, “em termos geográficos pode ser expressa como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria”. (QUAINI, 2002, p.66).

A produção capitalista no campo se efetivou historicamente a partir da expropriação de recursos naturais e dos sujeitos do campo; da renda da terra; da renda produto e renda trabalho; da extração de mais-valia através da jornada de trabalho e assalariamento no campo; e da subsunção de formas não capitalistas à produção ou ao próprio mercado capitalista. Todas estas formas estiveram diretamente articuladas às diferentes condições naturais, assim como o desenvolvimento de tecnologias que marcaram a acumulação capitalista de maneira desigual e combinada nos mais diferentes países e regiões.

Nos últimos anos, o capital no campo tem se reconfigurado na forma do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010), incluso a própria mineração. Em consequência desta reconfiguração, mas também como instigadores deste processo estão sendo levados a cabo grandes projetos de integração para circulação de mercadorias. Todos esses setores estão marcados pelo domínio de empresas transnacionais vinculadas à agricultura e aos diferentes recursos naturais como o caso da mineração, água e biodiversidade, sendo o papel do Estado fundamental no auxílio deste processo de territorialização do capital.

Em se tratando do agronegócio, segundo Campos (2009), num primeiro momento o termo, que vem do inglês *agribusiness*, estaria relacionado literalmente a negócios que envolvem produtos agrícolas e agropecuários. O termo *agribusiness* é advindo da década de 1950 nos Estados Unidos, formulado inicialmente por John Davis e Ray Goldberg e sendo usado para a análise de cadeias verticais de valor segundo o produto, onde se aprimorou a crescente integração de atividades agropecuárias, agroindústrias e setores de serviços.

Entretanto, hoje, este conceito representa toda uma política de aperfeiçoamento da exploração capitalista no campo, representa a hegemonia do capital no campo assim como seus fortes impactos aos trabalhadores do campo, camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Neste sentido, do “ponto de vista da divisão de classes sociais, o agronegócio é atrelado às classes dominantes nas diferentes escalas”, que evidentemente “escamoteiam esse caráter” se apresentando como aspectos “meramente econômicos”,

quando em verdade atuam também na “esfera política” e ideológica, “incidindo sobre decisões governamentais desde a escala local até a escala nacional” (CAMPOS, 2009, p. 28).

Assim, podemos afirmar que o agronegócio, enquanto política econômica para o campo vem se territorializando de maneira incisiva nos diferentes países “fadados” à produção primária na geografia econômica mundial sob a hegemonia do capital. As características gerais desta territorialização estão relacionadas a um amplo processo de desterritorialização de formas não capitalistas de produção.

Esta desterritorialização envolve a questão da produção de alimentos, da expropriação e/ou expulsão dos mais diferentes sujeitos do campo, da transferência “de técnicas e tecnologias que se dirigem para os lugares em que o processo de valorização do valor” seja mais acelerado; das “identidades sócio-culturais”, entre outras. Um processo impregnado de conflito, pois o agronegócio “não é apenas uma articulação de capitais, mas também de técnicas associadas aos processos de trabalho dos distintos segmentos capitalistas que compõem”, numa intrínseca relação de poder (CAMPOS, 2009, p.37).

No seu processo de territorialização o agronegócio se apropria dos espaços que já contam com uma densa configuração territorial, adequando o uso da mesma às suas demandas. Esse é o caso de lugares ou mesmo de regiões que já tem tradição de produção agrícola, mas que, à medida que foram apropriados pelo agronegócio, intensificaram e diversificaram o uso de técnicas, de informação e de métodos científicos nos processos produtivos, [...] ampliaram a integração com segmentos a montante e jusante da produção em escala mundial. No caso do Brasil, esse tipo de territorialização é mais comum nas regiões sul e sudeste e parte do centro-oeste que já haviam passado por um processo de modernização da agricultura. Mas o processo de territorialização também inclui a apropriação de espaço com baixa densidade técnica e demográfica, que constituíam ‘lugares de reserva’ de produção e consumo agropecuários globalizados (CAMPOS, 2009, p.39).

Para Campos (2009), estes elementos vinculam-se a uma estratégia política, onde o agronegócio promove “várias ações para obter apoio e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização”, entre os quais, a eleição de empresários para cargos públicos, o financiamento de campanhas eleitorais de diferentes partidos formando uma base “de apoio multiescalar – desde o município até a nacional” (CAMPOS, 2009, p.43). Nesses espaços, realizam investimentos com recursos públicos ou impedem a aprovação de medidas que contrariam seus interesses.

Outra estratégia política promovida pelo agronegócio é a apropriação de espaços da mídia (radio, televisão, jornais, etc.), assim como universidades e centros de pesquisa (públicas ou privadas) promovendo programas de educação tecnológica, de graduação e pós-graduação em agronegócio, assim como grupos de estudo e laboratórios para desenvolver pesquisas em diferentes áreas do conhecimento de acordo com seus interesses.

A estes elementos, Campos (2009) analisa como uma “tríplice aliança entre agronegócio, latifúndio [arcaico] e Estado”, que de maneira articulada efetiva seu domínio em seu processo de territorialização hegemônica do capital, mesmo que este último se encontre num período de crise estrutural³ (SANTOS, 2003; MÉSZÁROS, 2009; 2011).

³ Milton Santos (2003) e István Mészáros (2009) convergem na interpretação que o período histórico vivido é um período de crise permanente, estrutural, global do sistema capitalista e que se manifesta em diferentes aspectos, países ou setores de produção. Para Santos (2003), a relação entre a “tirania do dinheiro” e a “tirania da informação” são as bases estruturais da globalização do capital. Uma associação que forja hegemonia e pressiona processos não hegemônicos a desaparecer tanto fisicamente ou mesmo pelo processo subordinação destes à totalidade hegemônica. Já para Mészáros (2009), o capitalismo entra numa crise estrutural e sistêmica depois de vivenciar uma era de crises cíclicas. Esta crise estrutural é marcada por uma continuidade depressiva e duradoura, embora possa haver alternância em seu epicentro. Ao contrário de outros momentos históricos, que

Para Garcia (2013), a intrínseca relação entre capital e Estado é uma característica da hegemonia capitalista. Afirma a autora que por trás de uma grande empresa existe sempre um Estado forte que a financia.

Detrás de una gran empresa hay siempre un Estado fuerte, que la financia y estructura el campo jurídico y político para que ella actúe. Y detrás de un Estado hegemónico hay siempre empresas multinacionales que actúan dentro y fuera del país, llevando su marca y creando su imagen junto a la imagen del país potencia. En algunos casos, la relación entre empresas y Estado se explicita con la penetración de agentes de las empresas en el aparato estatal, influenciando políticas públicas directamente. Esa relación dinámica entre capital y Estado es característica de la hegemonía capitalista, en la que los intereses de las clases dominantes son presentados como intereses universales (GARCIA *In* ZUBIZARRET, 2013, p. 189).

O agronegócio também se caracteriza pelo controle das transnacionais nos diferentes territórios e territorialidades, onde as empresas atuantes controlam toda a cadeia de produção envolvendo desde sementes, tecnologias, insumos, agrotóxicos, créditos bancários, etc. destinados a aumentar a produtividade. Juntamente segue a especialização e o monocultivo da produção destinado à celulose, agrocombustíveis, e, soja e milho para produção de ração animal, óleos e farinhas. A produção em larga escala por consequência assume a função de destruição da biodiversidade com: o crescimento do uso de agrotóxicos, a transgenia, alterações de códigos florestais para expandir a produção, e a compra e venda de créditos de carbono.

O sistema do agronegócio tem como principais agentes hegemônicos as empresas, grande parte transnacionais, com destaque para Bunge, Louis Dreyfus, Cargill e ADM, na produção de óleos, conservas e farinhas; Monsanto e Syngenta na produção de adubos, fertilizantes, e agrotóxicos; Sadia e JBS na produção de carnes; Cosan-shell e Copersucar na produção de etanol; Nestlé e Danone em laticínios; Klabin e Fibria na produção de celulose. Citamos abaixo alguns dados de abrangência de algumas destas transnacionais:

A Bunge, holandesa, está instalada em diversos municípios brasileiros, e também na Argentina, Paraguai e Uruguai. Tem fábricas, plantas de processamento, terminais portuários e escritórios, e atua produzindo óleo e farinha de soja, girassol, açúcar e bioenergia. A Cargill, estadunidense, atua no Brasil de 1965. Têm fábricas, armazéns, escritórios e terminais portuários em 141 municípios brasileiros, atuando no ramo da soja, açúcar, cacau, etanol, amidos e adoçantes, algodão, trigo e milho. Está atuando também na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, Venezuela⁴.

A Copersucar, brasileira, exporta etanol para Trinidad Tobago e açúcar para Venezuela, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Uruguai. O grupo JBS, brasileiro, tem instalações em Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, e Uruguai, com unidades de abate de bovinos, unidades de carnes em conserva, unidade de vegetais, confinamentos, plantas industriais de laticínios, indústrias de couro, unidade fabril de colágeno e unidade de biodiesel⁵. Segundo a revista Carta Capital⁶ numa reportagem de março de 2013, o grupo JBS, presidida por Joesley Batista, entrou também no ramo da mídia comprando o Canal Rural do grupo gaúcho de comunicação RBS, dono do diário Zero Hora de Porto Alegre e

alteravam ciclos de expansão em crise, desde o final dos anos 60 e início de 70, o capitalismo entra numa crise crônica e permanente.

⁴ Fontes: Revista Exame, abril de 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012>>.

Acesso em: 01 de agosto de 2012; e Revista Exame. Edição Especial 40 anos. Melhores e Maiores. As mil maiores empresas do Brasil. São Paulo: julho de 2013. Edição 1022E.

⁵ Ibidem.

⁶ RIBEIRO, Assis. Grupo JBS entra no ramo da mídia. Um boi, uma boiada. Carta Capital: 04/03/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/um-boi-uma-boiada>. Acesso em julho de 2013.

das transmissoras da Rede Globo no sul do país. O Canal Rural é um grupo especializado em transmissões de leilões de gado.

A empresa ADM, americana, atua no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai na produção de derivados da soja, girassol e insumos. A empresa BRF (Brasil Foods) atua no Brasil e Argentina nos segmentos de carnes (aves, suínos e bovinos), alimentos processados de carnes, lácteos, margarinas, massas, pizzas e vegetais congelados, com as marcas: Sadia, Perdigão, Batavo, Elegê, Qualy, entre outras. Dentre outras empresas que estão entre as primeiras 50 colocadas está a Dreyfus que atua na Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil na produção de grãos e oleaginosas, café, fertilizantes e sucos. Também a Syngenta atuando em Chile e Brasil no ramo de sementes, cana de açúcar⁷.

Podemos afirmar a partir destes exemplos a evidência da dimensão que estas empresas transnacionais têm neste novo momento de territorialização do capital no campo. Estas, também estão intrinsecamente vinculadas ao *acaparamiento de tierras* e ao patenteamento de sementes, em especial as geneticamente modificadas, que são geralmente vinculadas ao uso indeterminado de defensivos. O capital também determina quais territórios produzem que tipos de mercadorias, influenciando nos preços através das *comodities* agrícolas que passam a ser reguladas por uma média universal de preço (desde a oferta, procura e do desenvolvimento tecnológico das mercadorias).

Segundo Thomaz Junior (2010), outro foco dos empreendimentos produtivos capitalistas no campo é a água. O autor utiliza para demonstrar essa relação, o termo agrohídronegocio. Podemos tomar como exemplo o fato do Aquífero Guarani, terceiro maior do mundo e que compreende áreas do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, uma região altamente utilizada pelo agronegócio. Nessa região são cultivadas culturas do agronegócio e estão instaladas plantas processadoras da cana-de-açúcar (açúcar e álcool) e soja, milho, celulose. Exemplos destas transnacionais são a Bunge, a Cargill, Dreyfus e ADM.

Também, parte do hídronegócio, são as construções das grandes hidrelétricas para fornecimento de energia. Algumas hidrelétricas no Brasil como é o caso da Itaipu, ainda são Estatais, mas é base de um sistema de produção de energia para a produção de mercadorias. Outro exemplo é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu (Pará), que, segundo reportagem de Telma Monteiro escrita para o Jornal da Cidadania, em setembro de 2012⁸, está correlacionado a um projeto de extração mineral. Num estudo de impacto ambiental de Belo Monte, conclui-se que o projeto também prevê direitos minerários na região da Volta Grande do Xingu - nele, há 18 empresas que fazem requerimento para extração de ouro, dentre elas, a Companhia Vale do Rio Doce. A região em questão é um território indígena onde nos últimos anos foram descobertas jazidas de bauxita, manganês, ouro, cassiterita, cobre, urânio dentre outros minerais. Recordamos que a mineração é uma das áreas que mais utiliza água para o processamento da mercadoria final, o que impacta também na qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

A extração de recursos minerais como matéria prima para indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, química e petroquímica e construção civil, ou ainda o carvão mineral e petróleo para fontes energéticas e indústrias químicas e petroquímicas são também focos de grandes transnacionais como a Vale, Petrobrás, Odebrecht, Ecopetrol, Codelco, Petroperu, Refinaria de Pampilla, Basf, Heringer, Minera Cerro Verde, entre outras da América do Sul. No caso da Odebrecht, mantém operações comerciais na construção de hidrelétricas e na indústria química / petroquímica em países como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Peru. Em reportagem do Jornal Brasil

⁷ Os dados relacionados neste parágrafo foram retirados das seguintes fontes: Revista Exame, abril de 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012>>. Acesso em: 01 de agosto de 2012; e Revista Exame. Edição Especial 40 anos. **Melhores e Maiores**. As mil maiores empresas do Brasil. São Paulo: julho de 2013. Edição 1022E.

⁸ MONTEIRO, Telma. **Belo monte é forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas**. 12.09.2012 Disponível em: <<http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2012/09/belo-monte-e-forma-de-viabilizar.html>>. Acesso em junho de 2013.

de Fato de fevereiro de 2009⁹, as construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa, além da Petrobrás, Vale e Votorantin foram apontadas como empresas que se internacionalizam com financiamento público, tornando-se agentes de conflitos entre países.

Gudynas (2011), analisando as práticas estatais de governos na América do Sul, afirma que o uso do extrativismo tem a característica de direcionar os recursos para programas contra a pobreza, o define como neoextrativismo progressista. Estes processos, segundo o autor, mesmo assim são práticas de alto impacto sócio-ambiental, além de serem completamente dependentes de “circuitos econômicos globales”. (GUDYNAS, 2011, p. 76). Considera o autor que na América do Sul, uma nova esquerda vem forjando os governos nos últimos anos, e mesmo que estes tenham características distintas, compartilhem uma crítica ao reducionismo de mercado e políticas pela redução da pobreza como uma das tarefas prioritárias.

La nueva izquierda ha logrado conquistar varios gobiernos sudamericanos en los últimos años. Su presencia ha sido clara bajo las administraciones de Nestor Kirchner y Cristina Fernandez de Kichner en Argentina, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador, Luis Inacio Lula da Silva en Brasil (y su actual sucesora Dilma Rousseff), Tabaré Vasquez en Uruguay (y su sucesor, José Mujica), Hugo Chávez en Venezuela. A esa corriente se la ha sumado el gobierno Michele Bachelet de Chile (que sin embargo fue reemplazado por una administración conservadora), mientras que Fernando Lugo en Paraguay muestra una vocación progresista pero enfrenta una base partidaria muy débil. De distintas maneras se ha llegado a que al menos ocho países se encontraran bajo la nueva izquierda en los últimos años (GUDYNAS, 2011, p. 76).

Neste sentido, o extrativismo contemporâneo, ou *neoextrativismo progressista* é um dos pilares estratégicos de projetos neodesenvolvimentistas que contemplam planos de ação de combate à pobreza. Para Gudynas (2011), esta contradição *neoextrativismo-governos progressistas*, mesmo que esteja nos marcos de um Estado mais ativo e com regras mais claras “(independientes si estas sean buenas o no)”, em muitos casos estes programas de combate à pobreza acabam possibilitando uma pacificação dos protestos sociais. (GUDYNAS, 2011, p. 79), assim como, incentivam a exploração de sectores como a mineração, petróleo e monocultivos para exportação, contraditoriamente, pilares da desterritorialização e da pobreza no campo. Outra tese defendida por Gudynas é que este neoextrativismo é funcional na globalização comercial-financeira e mantém a América do Sul numa inserção subordinada. Neste proceso: “persiste la fragmentación territorial, en áreas desterritorializadas, generándose un entramado de enclaves y sus conexiones a los mercados globales, que agravan las tensiones territoriales”. (GUDYNAS, 2011, p. 80-81).

Para possibilitar melhor viabilidade para a circulação e a comercialização destas mercadorias e recursos naturais estão desenvolvendo-se diferentes megaprojetos de corredores logísticos. Alguns destes enfatizando a viabilidade da escoação da produção de soja e seus derivados no Brasil para exportação como o caso da rota exportadora no Norte, outros enfatizando a integração entre países da América do Sul. Um estudo realizado por Ceceña, Aguilar e Motto (2007), desde o observatório Latinoamericano de Geopolítica, apontam os principais megaprojetos de integração de infraestrutura na América do Sul para a construção de um projeto de territorialização hegemônica do capital. Entre estes se destacam o Projeto Hidrovia Paraná-Paraguai, o eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Brasil-Bolívia, eixo Interoceânico central, e o eixo Amazonas.

Esses elementos apresentados até então demonstram o caráter hegemônico da territorialização do capital no campo nos aspectos econômicos, políticos (financiamentos e consentimentos do poder político) e ideológicos (mídia, escolas e outros). Nesta base está

⁹ JORNAL BRASIL DE FATO. GARCIA, Ana; MENDONÇA, Maria Luísa. **Transnacionais brasileiras são denunciadas por movimentos latino-americanos.** 12/02/2009. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/4209>>. Acesso em julho de 2013.

assentada a história da América Latina, mas o processo atual demonstra uma intensidade jamais vista. A produção em larga escala para exportação de agrocombustíveis, derivados da soja, papel/celulose; a extração de recursos naturais através da mineração; e o agrohidronegócio, se integra à *megaprojetos de infraestrutura* (CECEÑA, 2007) para facilitar a circulação e comercialização destas mercadorias. O estabelecimento desta hegemonia provocou e provoca a desterritorialização dos povos do campo, como comunidades indígenas, quilombolas e camponeses, provocando, contraditoriamente ao discurso de combate à pobreza, um agravamento da mesa a estes povos.

Como outras consequências da territorialização hegemônica do capital são nitidamente visíveis os impactos sócio-ambientais com bruscas alterações de ecossistemas. Podemos citar o aumento da concentração de terras; o alto desmatamento em regiões de florestas com expansão pecuária em áreas de reserva e possivelmente com posterior produção de celulose; a diminuição da biodiversidade; o aumento de concorrência por áreas férteis e logisticamente bem localizadas, no ímpeto de extrair-se maior renda da terra.

Esta hegemonia do agronegócio no campo, se territorializa de diferentes formas construindo, destruindo e reconstruindo no ímpeto de manter sua dominação e superar suas diferentes expressões de crise. O fato de impulsionar o trabalho assalariado desde as grandes processadoras dos produtos agrícolas, de integrar comunidades inteiras ao processo produtivo de alguma empresa (por exemplo, no caso da produção de leite e carnes), acaba também subordinando e subsumido à sua lógica de produção e circulação a agricultura camponesa e outras formas não capitalistas de produção (indígenas, quilombolas, etc.).

Entretanto há diferentes resistências camponesas e dos povos do campo, um exemplo destas resistências está sendo levado a cabo pela Via Campesina. Quando neste trabalho propomos inscrever a Via Campesina Internacional como organização social que faz enfrentamento às consequências do capital no campo, buscamos analisar desde seu projeto estratégico de suas práticas organizativas, de suas ações que buscam unidade entre os diferentes sujeitos do campo (sejam camponeses, trabalhadores assalariados, indígenas e comunidades afrodescendentes). Esta diversidade também é marcada pelas circunstâncias particulares que cada organização social vive em seu país, assim como a diversidade político- organizativa das mesmas.

Via Campesina Sudamérica: resistência e territorialização contra-hegemônica

A Via Campesina nasce nos marcos das drásticas consequências do neoliberalismo para a agricultura que cada vez mais desvelava consequências comuns nas mais diversas regiões e países, e tem sido marcada por suas ações de enfrentamento ao controle corporativo dos recursos naturais e da tecnologia; aos gigantes corporativos mundiais, organismos geneticamente modificados, transnacionais e multinacionais. Nasce com o propósito de articular os diferentes movimentos sociais do campo, indígenas e afrodescendentes numa plataforma política de luta e debate. Ela reúne organizações com características, formas e estratégias de luta distintas, onde se discutem e se planificam ações comuns contra as consequências do capitalismo no campo, construindo a territorialização contra-hegemônica. Quanto se afirma que a Via Campesina luta por uma territorialização e uma territorialidade contra-hegemônica se afirma que seu enfrentamento é diretamente contra o poder hegemônico do capital no campo.

Sua trajetória enquanto organização inicia entre os anos de 1992 e 1993, num momento auge do neoliberalismo a nível mundial. Segundo Rosset (2010), analisando de maneira aprofundada, é possível afirmar que a história da VCI está conformada por cinco momentos, ou fases que estão delimitadas de acordo com os desafios históricos, seus lineamentos e posicionamentos. Nesta análise, um primeiro momento, entre 1980 a 1992, é marcado por sua origem e conformação. Trata-se de um período de transformações na natureza da intervenção do Estado em relação à sociedade, desde um modelo neoliberal. Entre estas décadas os maiores problemas enfrentados pelas organizações camponesas,

em grande parte devido à globalização, foram a diminuição acelerada de cultivos e o preço do gado (ROSSET, 2010, p. 24-28).

Rosset (2010) ainda afirma que o nascimento da Via Campesina se “prefigurou” na América Latina desde a fundação da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Rurales) a princípio dos anos 90. E que ao longo dos anos 80, o continente latino-americano tinha experimentado um longo processo de construção de “redes de la sociedad civil campesina, a partir de la Conferencia Continental de la Reforma Agrária y los Movimientos Campesinos celebrada em Manágua em 1981” (ROSSET, 2010, p. 28). Uma conferência que reuniu e possibilitou um intercambio de experiências entre organizações camponesas revolucionárias e organizações camponesas nacionais. A partir deste momento se realizaram anualmente reuniões continentais de organizações camponesas até o ano de 1989, quando se iniciou na Colômbia um processo similar de intercambio baseada na preparação de uma Campanha Continental dos 500 anos de resistência indígena, negra e popular. Para a preparação desta campanha foram realizadas conferências continentais até 1995 que ocorreram em Bogotá (1989), Xelaju – Guatemala (1991), Manágua – Nicarágua (1992), São Paulo – Brasil (1995) (ROSSET, 2010, p. 28-29).

Em uma destas conferências, realizada em Quito em 1990, se publicou uma declaração que demonstrava uma preocupação coletiva pela destruição da natureza. Rosset (2010) considera em suas reflexões que a Campanha Continental 500 anos possibilitou reunir organizações de povos indígenas, camponesas, operários, estudantes, professores, ativistas da teologia da libertação, entre outros, representando enfim uma contínua resistência dos povos à conquista. Assim, se conforma a CLOC que neste momento integrava 47 organizações de camponeses, indígenas, mulheres camponesas, e, organizações afrodescendentes.

A CLOC se constitui estruturada em cinco grandes regiões (Norte, Centro, Caribe, Andes e Cono Sur), sob uma coordenação coletiva. “El liderazgo colectivo y rotativo es una característica de la mayoría de los movimientos sociales contemporáneos en Latinoamérica como el MST en Brasil, los zapatistas en México y los pueblos indígenas de Ecuador”. E enquanto se conformava no continente latino-americano a CLOC, os camponeses e pequenos agricultores da Índia, Europa e América do Norte foram chegando também à conclusão da necessidade de uma luta internacional para combater o neoliberalismo. (ROSSET, 2010, p. 31).

Estes processos possibilitaram enfim que 1992 organizações sociais camponesas da América Central, da região caribenha, da América do Norte e da Europa, reunidos em Manágua – Nicarágua, dois anos depois da derrota eleitoral sandinista, durante o II Congresso da UNAG (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos), concebesse a criação da Via Campesina. Para Rosset (2010) inicia-se então uma *segunda fase*, ou momento na história da Via Campesina (1992-1999). O autor transcreve em seu artigo um depoimento de um delegado centro-americano a respeito desta criação:

Y este movimiento campesino comienza ya a plantear algunos temas, que reforma agraria, que la parte ambiental, que la parte de comercio, que la parte de financiamiento, ya varios temas de la parte agrícola, y justamente en un congreso de la UNAG, que en la época de la revolución se invitaba a productores de otras partes del mundo, en 1992, que en ese momento era miembro de la integración centroamericana, dice ¿Por qué no hacemos una articulación mundial? Y es ahí donde se comienza a gestar Vía Campesina. (Representante centroamericano entrevistado el 28 de mayo de 2008) (ROSSET, 2010, p. 32).

Seguindo estas diretrizes, dirigentes de organizações camponesas das regiões América, Europa e Ásia (mais de 70 países) se reuniram em Mons, na Bélgica em maio de 1993. Estabeleceram-se aí uma estrutura organizativa, e uma declaração de objetivos, um marco político geral do que seria a Via Campesina. A Via Campesina acaba mantendo essencialmente a estrutura da CLOC, mas em escala mundial, com uma Comissão de

Coordenação Internacional (CCI) integrada por coordenadores de cada uma das regiões acima citadas.

À Europa correspondeu em primeira instância a coordenação da primeira sede provisória da VCI, e esteve na sede de Bizkaia da Organização EHNE¹⁰. Mais tarde a sede da VCI trasladou-se para Honduras, onde se deu a forma de uma Secretaria Operativa Internacional, que se tornaria itinerante ou rotativa. As Conferências internacionais da Via Campesina são o órgão máximo de debate e decisão, e reúnem-se a cada quatro anos. Nelas se define a direção política e as estratégias para o próximo período. Neste sentido, a II Conferência fora realizada em Tlaxcala (México) em abril de 1996.

Para Rosset (2010), nesse período da II Conferência a Via Campesina demarcou claramente seu posicionamento em relação às ONGs não permitindo a inserção destas organizações que não fossem realmente de base campesina. Demarcou também suas diferenças com fundações e agências de cooperação que impunham suas condições ao investir recursos. Estas decisões têm garantido sua autonomia. Também há notórias diferenças entre movimentos sociais e as ONGs que estão relacionadas ao modo de organizar-se e do fazer política. Enquanto que um movimento social tem a responsabilidade com sua base e as tomadas de decisões realizam-se de forma coletiva buscando consenso, as ONGs, geralmente são conformadas exclusivamente por uma junta diretiva, realizando seu trabalho baseado em projetos pontuais, com objetivos técnicos e de curto alcance.

Durante o período da II Conferência foi ratificado que a Via Campesina teria caráter de movimento social consolidando-se a partir de uma estrutura regional. Também foi identificada a temática de gênero como fundamental para seu processo organizativo. Este debate da participação igualitária de gênero vinha sido enfaticamente apontado pelas CLOC em suas assembleias, demanda que foi incluída na declaração do Congresso da CLOC realizada em Brasília em 1997. Este tema também foi levado à III Conferência Internacional da Via Campesina que ocorreu em 2000 em Bangalore. Neste período também se define o conceito de Soberania Alimentar sendo este apresentado pela VCI para sua discussão pública na *Cumbre Mundial de Alimentación* que ocorreu em 1996. A VCI aponta que todos os países devem ter o direito e capacidade de definir a produção de seus próprios alimentos, assim como as políticas agrícolas, a Reforma Agrária e o controle de recursos para garantir o acesso equitativo à terra, à água, bosques e sementes.

A III Conferência da VCI ocorreu em Bangalore na Índia em setembro/outubro de 2000. Durante esta conferência ocorreu também a I Assembleia de mulheres. Este é um momento em que se constituem alianças estratégicas com diferentes atores sociais para pressionar mudanças nas políticas institucionais do BM, OMC, FMI e Nações Unidas / FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

A IV Conferência da VCI ocorreu em São Paulo, Brasil, em junho de 2004. Neste período também ocorreram a II Assembleia de Mulheres e a I Assembleia de Jovens. Rosset (2010) considera que aí começaria uma *quarta fase* ou momento da trajetória da Via Campesina, onde se primaria o fortalecimento de sua estrutura organizativa, e o refinamento de seus mecanismos de funcionamento com a construção de secretarias operativas regionais que assegurassem o fortalecimento das esferas regionais e locais. Também foi discutida uma metodologia das reuniões na qual a *mística*¹¹ torna-se elemento fundamental. Neste momento se integraram à VCI organizações sociais da Ásia e da África. Toma-se a decisão de rotar a Secretaria Operativa Internacional da região centro América (Honduras) para Ásia (na Indonésia).

A V Conferência ocorreu em Matola, perto de Maputo (Moçambique) em outubro de 2008. Neste período também ocorreram a III Assembleia de Mulheres e a II Assembleia da Juventude. Um momento também que se somam 39 organizações, especialmente do continente africano. Para Rosset (2010), inicia-se aí uma *quinta fase* ou momento da

¹⁰ Bizkaia EHNE - Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna

¹¹ A *Mística* é uma prática desenvolvida pelas organizações sociais do campo que está relacionada aos aspectos da subjetividade da luta e à forma como se expressa a convicção da luta. Materializa-se através de expressões artísticas como a poesia, a dança, o teatro, a música, e também na representação de símbolos como os instrumentos de trabalho, elementos da natureza e bandeiras.

trajetória da VCI (2008-2010). Em meio à chamada crise mundial dos alimentos. Nesta Conferência, pela primeira vez, a Via Campesina define o capitalismo como a fonte dos problemas enfrentados pela população rural, e as empresas transnacionais como as piores inimigas dos camponeses de todo o mundo. Como consequência lança-se uma campanha contra as transnacionais.

A conferência de Maputo publicou uma declaração final onde apontava também o tema de gênero, combatendo toda a forma de violência contra as mulheres, e reconhecendo o papel central da mulher na agricultura de autossuficiência alimentar. Também neste momento se intensifica a discussão da Soberania Alimentar atrelada às práticas de cultivo agroecológico como um de seus principais pilares, tornando-se assim uma necessidade constante a formação para a transição do modelo convencional de agricultura para uma agricultura agroecológica. Nesta perspectiva, a criação e o fortalecimento de experiências de formação política e agroecológica foram temas importantes levantados pela Via Campesina.

A V conferência possibilitou construir um plano estratégico que reafirma a necessidade de seguir a luta a partir de temas como soberania alimentar, reforma agrária, aquecimento global, defesa dos recursos naturais (terra, água, sementes), assim como desdobrar ações que garantam equidade de gênero e da juventude, da formação de quadros, e articulação e mobilização social.

Assim, a trajetória da VCI tem sido marcada por conquistas e desafios. Destes podemos mencionar como: solidariedade internacional; a articulação da luta internacional dos sujeitos do campo; mobilizações constantes contra ação dos organismos do capital no campo; construção de estratégias fundadas numa nova forma de agricultura baseada na transformação da sociedade; construção de uma forma organizativa horizontal e integradora; e a preocupação constante na formação de sua militância e quadros.

Assim, as principais linhas políticas da Via Campesina Internacional foram, portanto, sendo forjadas em sua construção histórica, a partir de lutas, encontros, conferências, congressos regionais, oficinas, intercâmbios, cursos de formação política e profissional, acampamentos etc. Conforme descrito no documento “Via Campesina: a articulação internacional dos camponeses”, estas linhas de atuação são:

- Luta pela reforma agrária e mudanças sociais no campo: sustentadas por uma mudança do modelo econômico, social e político vigente;
- Soberania alimentar e comércio internacional: com produção de alimentos diversificados e saudáveis (produção agroecológica), buscando planificar e regulamentar a produção para comercialização dos mesmos, construindo uma política agrícola alternativa à desenvolvida pela Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Agricultura camponesa sustentável;
- Biodiversidade, biosegurança e recursos genéticos: reconhecendo e respeitando a imensa diversidade humana, cultural, de ecossistemas, e de sistemas produtivos, bem como a necessidade de busca dos direitos do agricultor e da agricultora no acesso aos meios, investigações e políticas que conservem a biodiversidade e projetem a soberania alimentar;
- Gênero e Direitos Humanos: buscando os princípios da participação da mulher nos espaços de tomada de decisões, bem como a defesa dos direitos civis e políticos, rechaçando qualquer tipo de violência cometida.

Estas linhas políticas estão estreitamente vinculadas aos seus compromissos de ação nas quais podemos destacar: luta contra as transnacionais; denúncia de governos e instituições que favorecem as transnacionais financiando-as e protegendo-as, inclusive os instrumentos que são utilizados por elas para controlar os recursos e as economias como o caso de OMC e os acordos de livre comércio; lutar contra programas de privatização de recursos naturais como a água; e, a denúncia das consequências da revolução verde, o controle das sementes e o uso de agrotóxicos e transgênicos (EHNE, 2008).

Como mencionado em outro momento a VCI concebe a discussão coletiva e horizontalidade organizativa. Quanto aos seus aspectos organizativos, se definem durante as suas conferências, já que estas são a instância máxima de decisões. Para Vieira (2011),

a questão do método é um dos principais elementos de mudança na articulação internacional de camponeses, visto que se difere de outras formas organizativas de trabalhadores, buscando a horizontalidade, a massificação da luta e uma atenção especial ao risco de burocratização.

Outro aspecto importante citado pela autora e respaldado por diferentes entrevistados é a questão da ideologia. Enquanto as experiências passadas de articulações internacionais históricas primavam pela homogeneidade, a Via Campesina é aberta para diferentes filiações ideológicas. A autora explica que este tema está relacionado à compreensão da situação agrária vivida e do que se deve questionar em meio a esta leitura. O caráter comum entre a diversidade de pensamentos está em questionar o modelo de agricultura capitalista dominante, mas não há consenso se o caráter da luta é socialista, mesmo que muitos militantes carreguem a influência dos movimentos socialistas, principalmente de organizações representativas da CLOC. Transcrevemos abaixo um trecho de entrevistas realizadas por Vieira (2011):

A gente vem construindo um monte de coisas: ajuda, solidariedade, lutas internacionais. Sabemos que nem todo mundo vai viajar para outros lugares para militar, mas já começa a ter essa compreensão, definir os inimigos, que é no final de contas o capital. [...]. Agora, do ponto de vista da construção ideológica é um pouco mais complicado. Há um entendimento do projeto alternativo, mas tem gente que quer negar a ideia de um instrumento político. Então, não está colocada em debate a questão do socialismo. Embora, eu ache que 90% das organizações acabariam tendo consenso nessa ideia. Mas não está colocado, não é a discussão atual. (Entrevista com Egidio Brunetto em 23/mar/2007) (VIEIRA, 2011, p. 248).

Hoje a VCI conta com 165 organizações em 74 países, as quais estão distribuídas em nove grandes regiões. O quadro abaixo demonstra um panorama geral do número de organizações sociais por grande região.

Número de organizações do campo por grande região da VCI

Região	Países	Numero de organizações
Africa I	Moçambique, Congo, Angola, Madagascar, Tanzânia e Zimbábwe.	06
Africa II	Mali, Nigéria, Senegal, Togo, Congo Brazzaville, Guniée Bissau, Ghana, Gambia.	08
Sudeste e Leste Ásia	Indonésia, Coréia do Sul, Tailândia, Timor Leste, Malásia, Vietnã, Japão, Camboja, Taiwan, Palestina e Filipinas.	14
Sul Ásia	Índia, Nepal, Bangladesh e Sirilanka.	21
Europa	Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Suécia, Noruega, Áustria, País Basco, Suíça, Bélgica, Malta, Dinamarca, Grécia, Holanda, Escócia, Romênia e Finlândia.	29
América do Norte	Estados Unidos, Canadá e México.	07
América Central	Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Belize, El Salvador, Guatemala,	27
Caribe	Haiti, República Dominicana, Cuba, Ilhas Windiward (Granada, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente), Puerto Rico.	13
América do Sul	Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Perú, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai.	40

Fonte: Via Campesina Internacional, 2013.

Em se tratando especialmente da Via Campesina na América do Sul, o quadro abaixo demonstra as organizações e movimentos sociais do campo por país, vinculados a esta articulação internacional.

Organizações Sociais Membras da Via Campesina América do Sul

REGIÃO	PAÍS	ORGANIZAÇÕES	
		SIGLA	
A M É R I C A D O S U L	PARAGUAI	OLT	Organização de Luta pela Terra
		MCNOC	Mesa Coordenadora de Organizações Camponesas
		MCP	Movimento Camponês Paraguaio
		CONAMURI	Coordenadora Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas
		MAP	Movimento Agrário e Popular
		ONAI	Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas
	ARGENTINA	MOCASE – VC	Movimento Camponês de Santiago de Estero
		COCITRA	Coordenadora de Organizações Camponesas, Indígenas e Trabalhadores Rurais da Argentina
		APENOC	Associação de Produtores do Noroeste de Córdoba
		MNCI	Movimento Nacional Camponês e Indígena
		CAI	Conselho Assessor Indígena
	CHILE	ANAMURI	Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas
		RANQUIL	Confederação Nacional Sindical Camponesa e do Agro Ranquil
		Mapuches de Izquierda	Assembleia Nacional Mapuches de Esquerda.
		CONAPROCH	Consejo Nacional de Productores de Chile
	BRASIL	MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
		MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
		MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
		MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
		PJR	Pastoral da Juventude Rural
		MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
		CONAQ	Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas
	URUGUAI	RMRU	Rede de Mulheres Rurais do Uruguai
	BOLÍVIA	CSUTCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia
		MST-B	Movimento de Trabalhadores Sem Terra Da Bolívia
		CSCIB	Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia
		CNMCIQB-BS (Bartolinas)	Confederação Nacional de Mulheres Camponesas, Indígenas e Originarias da Bolívia – Bartolina Sisa
	COLÔMBIA	CNA	Coordenadora Nacional Agrária
		FENSUAGRO	Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária
		FENACOA	Federação Nacional de Cooperativas Agropecuárias
	PERU	CNA-PERU	Confederação Nacional Agrária
		CCP	Confederação Campesina do Peru
FEMUCARINA P		Federação Nacional de Mulheres camponesas, artesãs, indígenas, nativas e assalariadas do Perú.	
EQUADOR	FENOCIN	Confederação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras do Equador	
	FENACLE	Federação Nacional de Trabalhadores Agroindustriais, Camponeses e Indígenas livres do Equador	
	CONFEUNAS SC	Confederação Única de Afiliados ao Seguro Social Camponês	

		CNC - EA	Coordenadora Nacional Camponesa Eloy Alfaro
		FEI	Confederação de Povos, Organizações Camponesas e Indígenas do Equador
	VENEZUELA	CANEZ	Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora
		FNCEZ	Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora

Fonte: <http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>.

Fortalecer a articulação internacional destas organizações e aprofundar os planos e estratégias de luta comum, projetar e realizar a formação de dirigentes e militantes (intelectuais orgânicos) são alguns dos desafios históricos para a construção de uma territorialização contra-hegemônica ao agronegócio. Neste sentido o internacionalismo tem um caráter fundamental como dimensão pedagógica na luta constante para a resignificação do espaço e do território e da construção da unidade político-organizativa desde a imensa diversidade das organizações partícipes da VCI.

Quando afirmamos que a VCI a partir de suas lutas, seu projeto estratégico e suas ações pedagógicas constrói um processo de territorialização contra-hegemônica, afirmamos que para além da territorialização material na luta e na construção de experiências concretas de resistência e de uma nova concepção de agricultura baseada na soberania alimentar e na agroecologia, mas também está relacionado à construção de uma concepção de mundo coerente, consciente e crítica. Tem a ver com experiência histórica, tem a ver com processo, com a resignificação de conceitos, palavras, espaços, relações sociais e com a natureza, constrói também território imaterial.

O território imaterial, relacionado à intencionalidade do controle e domínio do conhecimento e suas interpretações tem uma relação intrínseca com a produção e o território material. É nesta relação, que a hegemonia dominante perdura, na exploração do trabalho, na apropriação e concentração dos meios de produção, na teoria, na comunicação, na ideologia. É parte da construção de uma territorialidade contra-hegemônica do capital, portanto, fazer a luta no território material e no território imaterial, desafio imprescindível da Via Campesina.

Desta forma, consideramos preliminarmente que os processos de formação da VCI Sudamérica tem um papel fundamental na territorialização imaterial e na consolidação da organização política. Fazem parte do processo de territorialização contra-hegemônica da VCI que se efetivam: nas suas ações e lutas pela Soberania Alimentar, através da agroecologia; na articulação internacional de sujeitos do campo; na organização política e econômica com estrutura horizontal e coletiva; e na formação político-ideológico profissional que fortaleçam as próprias organizações e a articulação internacional projetando mais e novos quadros para a luta.

Políticas de Formação da Via Campesina – América do Sul

A respeito das experiências de formação da VC desenvolvidas na América do Sul destacamos na sequência um quadro síntese identificando-as por características similares. Esta identificação, embora não sejam termos usados pela Via Campesina, demonstram aspectos comuns das experiências na perspectiva de construção de um programa de formação. São elas:

- *cursos livres ou informais e atividades de formação política*, aqueles não vinculados a processos de escolarização ou da educação formal, com caráter de formação sócio-política possibilitando estudo e debate de temas conjunturais, mas também de temas que dão suporte a realização de uma leitura da sociedade em suas contradições como a filosofia, economia política e história;
- *cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional*, aqueles que têm a característica de não estarem vinculados a processos de escolarização, entretanto realizam além da formação política, estudos a respeito de temas

específicos que capacitam ou potencializam a atividade da militância em determinadas áreas. É o caso de cursos voltados a comunicadores populares, ou cursos de agroecologia a camponeses das bases das organizações sociais, ou ainda o método de trabalho *campesino a campesino*;

- *Escolas e Institutos de Formação política-profissional em agroecologia*: são parcerias da VCI com outras instituições de escolarização, na sua grande maioria Universidades, juntamente com outras instituições, o que possibilita a legalização dos cursos de tecnólogo, engenharia e especialização em Agroecologia.

Quadro Síntese dos Processos de Formação da Via Campesina na América do Sul

Característica	Cursos/Atividades/Escolas	Local de Realização	Ano de início
Cursos livres ou informais e atividades de formação política	Curso para militantes de base da região cone sul	Itinerante	1998
	Escola de formação de militantes de base da região andina	Itinerante	2008 (possivelmente)
	Escola de formação de dirigentes – Egidio Brunetto	Itinerante	2011
	Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes	Brasil	2008
	Escola de formação de mulheres: continental, região <i>conosur</i> , e região andina.	Itinerante	Sem informação
	Acampamento da Juventude latino-americano da VCI	Argentina	2000
	Campanhas da VCI	---	---
Cursos livres ou informais e atividades de formação político-profissional	Escola de comunicação popular da CLOC-VC	Itinerante	2011
	Campeño a campeño	Cuba, México, Guatemala, Nicarágua, Equador, Colombia	1960 (antes da conformação da VCI)
	Escola de agroecologia Raul Balbuena	Colômbia	Sem informação
	Encontro de formadores em agroecologia	Itinerante	2009
Escolas e Institutos de formação política-profissional em agroecologia	Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA	Brasil (Lapa, Paraná)	2005
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Paulo Freire	Venezuela (Alberto Arvelo Torrealba, Barinas)	2006
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Guaraní	Paraguai (Curuguaty, Canindeyú)	2008
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Paulo Amazônico	Brasil (Paraupébas, Pará)	2010
	Universidade Campesina – “SURI” UNICAM-SURI	Argentina (Ojo D’Água, Santiago del Estero)	Sem informação
	Escola Nacional de Agroecologia do Equador - ENA	Equador	Sem Informação

Fonte: BATISTA, 2013, p. 98-147.

Assim como a construção da Via Campesina, a política de formação da mesma vem originalmente de experiências locais, com caráter regional, nacional ou internacional. Carregam consigo suas históricas maneiras, formas, metodologias, e concepções, que por vezes se entranham, ou se desencontram na sua imensa diversidade, entretanto não pareceram em nenhum momento empecilhos ou travas à necessidade emergente de construir coletivamente um programa de formação. A busca de construir um programa de formação da Via Campesina é justamente a necessidade encontrar as singularidades destes processos, a identidade destes processos, o que há de comum nestes processos, o que dá unidade à CLOC- Via Campesina, o que identifica sua Política de Formação.

Consideramos importante destacar o método de construção das políticas de formação da Via Campesina, desde a diversidade, que assim como o método de construção da própria VCI, possibilitam encontros e desencontros, discussões, tensionamentos e acordos. A importância deste método está justamente em como chegar aos possíveis resultados que se esperam.

Um segundo elemento importante e que está presente na origem das políticas de formação da Via Campesina é o fato de que estas devem incidir na construção de territórios de contra-hegemonia ao capital. Os processos de formação por sua própria peculiaridade de fazerem parte de organizações sociais do campo que confrontam diretamente as consequências do capital necessitam incidir na ampliação da compreensão de seus integrantes dos mecanismos histórico-econômicos e ideológicos do capital sobre a vida cotidiana destes. Na mesma medida devem contribuir com instrumentos e informações que possibilitem as organizações propor, cada vez com maior precisão, questões para a construção de uma nova sociedade, uma nova maneira de produzir a existência humana sem a exploração e a subsunção direta/ou indireta do ser humano e da natureza à ambição lucrativa e à contração de riquezas. Neste sentido, as políticas de formação da Via Campesina tem uma posição de classe, e necessariamente estão vinculadas à estratégia da própria organização.

A formação também assume um papel de espaço de teorização, de reflexão sobre as práticas, e por isso imbricada organicamente às lutas desenvolvidas pelas organizações que dela participam, conseqüentemente aportando para a qualificação destas práticas militantes sócio-produtivas e políticas. Isso se expressa também no cuidado que na dinâmica dos próprios cursos, escolas ou atividades, no envolvimento da dinâmica do curso com o trabalho de base, ou seja, com atividades sócio-político-organizativas e produtivas nas comunidades onde acontecem os cursos.

Um quarto elemento que faz parte das políticas de formação da Via Campesina está na busca constante de ampliar a participação das mulheres, seja nas instâncias e espaços de decisão política da organização como um todo, mas também de processos de formação política e /ou político-profissional com a finalidade de possibilitar maiores condições de intervenção das companheiras nos espaços onde atuam. Este elemento se materializa nas convocatórias para participação nos cursos, escolas e atividades de formação seja orientando a indicação e participação de 50% de companheiras, e na construção de espaços de formação política especialmente para mulheres no intuito de aprofundar a discussão específica da situação da mulher do campo, sua condição de gênero, o debate do feminismo, e as formas de estimular sua participação.

Um quinto elemento que colocamos em destaque é a questão da mística, que a partir das várias formas de linguagens busca expressar a motivação e a convicção da luta. Desde a mística realizada nos encontros, conferências, reuniões, cursos, escolas e atividades de formação, constroem-se aspectos de identidade entre a diversidade político-organizativa existente na VCI, assim como expressam a construção da árdua unidade entre os diferentes. A unidade e a identidade não se constroem somente através da mística, ela está presente no método, na forma, nas linhas estratégicas, no internacionalismo, nas ações

de luta, etc. Entretanto, a mística, por se tratar de convicção, de atitude, e da subjetividade que impulsiona a ação humana individual e coletiva, possibilita construir e exercitar aspectos importantes que fortalecem a unidade.

Um sexto aspecto que faz parte das políticas de formação da VCI está na sua própria gênese, o internacionalismo, conforme descrito anteriormente. A luta de caráter internacional possibilita de maneira pedagógica compreender a totalidade do projeto do capital para o campo nas suas mais diferentes expressões, assim como possibilita a autocompreensão da totalidade de sua condição de sujeitos do campo, possibilita a autoidentificação enquanto classes sociais que num primeiro momento se contrapõe às consequências do capital que imediatamente lhe atingem, mas que criam condições objetivas para sua unidade mais ampla em busca de sua emancipação.

Consideramos por fim, que os elementos aqui citados, e que comportam a política de formação da Via Campesina, demonstram que estas experiências são parte de processos de espacialização e territorialização contra-hegemônica.

Considerações Finais

Partimos do pressuposto de que a realização de uma territorialização contra-hegemônica, desde seus aspectos materiais e imateriais, pressupõe a constituição de uma organização política. A organização política, por sua vez, possibilita ações de caráter pedagógico que podem provocar catarses em diferentes níveis e dimensões, podem provocar a quebra do senso comum estabelecido pela ideologia de dominação impregnada de maneira fragmentada na consciência da dominação em suas expressões singulares, na consciência individual. A organização política pode possibilitar inicialmente o elemento aglutinador de espontâneas rebeldias desde sua localidade de trabalho e de maneira corporativa. Mas, em sua dimensão mais ampla, pode possibilitar a emancipação das particulares classes sociais em suas localidades de trabalho para assumir-se como classe para si, que, superando seus corporativismos, teriam as condições imateriais de construir mudanças de caráter estrutural em oposição à sociedade do capital.

A superação dos elementos de espontaneidade nas organizações políticas de trabalhadores em suas particularidades (camponeses, metalúrgicos, trabalhadores assalariados do campo e das grandes indústrias, etc.), é provocada intencionalmente por ações pedagógicas de elevação cultural de seus membros (massa e intelectuais orgânicos). Estas ações tornam-se pedagógicas por: sua perspectiva estratégica em confronto com a real e concreta luta de classes; pelas alianças estratégicas; e pela formação política e técnica das amplas massas e de seus próprios intelectuais orgânicos. Podemos identificar os processos de formação da VC como ações pedagógicas.

Consideramos assim que a organização e a formação política possibilita a construção de territorialização contra-hegemônica em diferentes momentos ou níveis da luta de classes. Podendo esta assumir o papel de territorialização de resistência contra a hegemonia das consequências do capital para determinada classe, mas também pode assumir o papel de uma territorialização contra-hegemônica (material e imaterial) propositiva de mudanças estruturais, de um novo projeto.

Com estes elementos poderíamos perguntar em que limiares de territorialização contra-hegemônica estaria a Via Campesina Internacional que ao mesmo tempo em que luta pela resistência dos sujeitos do campo, luta por uma proposta estratégica de um novo modelo agrícola fundados na soberania alimentar, na agroecologia, e no respeito à biodiversidade. Consideramos inicialmente que estes elementos estratégicos podem sim colaborar com uma luta por mudanças de caráter estrutural, e que a articulação internacional de organizações camponesas tem um caráter político-pedagógico para a luta de classes na região América do Sul. Este caráter político-pedagógico está dimensionado na relação intrínseca entre organização e formação, entre o intelectual coletivo e o ato de forjar intelectuais orgânicos que cumprem um papel histórico na luta de classes na atualidade.

Referências

BATISTA, Andrea Francine. **Consciência e Territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**. 2013. 276f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Professor Júlio de Mesquita - UNESP, Departamento de Geografia, Presidente Prudente.

BARTRA, Armando. **La explotación del trabajo campesino por el capital**. 1ª reimpressão. México: Ediciones e Impresiones Pedagógicas, AS; Editorial Macehual, julho de 1982.

BORRAS, Saturnino M. Jr. **La Vía Campesina**. Un movimiento en movimiento. Tradução: Beatriz Martínez Ruiz. Amsterdam: TNI/FIM, 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/11/BORRAS-La-Via-Campesina-espanhol.pdf>>. Acesso em agosto de 2013.

CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. **Gramsci e a Formação Política**. 1ª ed. São Paulo: Imprensa Cromosete, novembro de 2012. v. 5.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e Exclusão feminina nos territórios do Agronegócio** – o caso de Cruz Alta / RS. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

CECENA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación**. La Integración de la Infra-estructura Regional Sudamericana. 1ª ed. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica - IIRSA, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61806877/Territorialidad-de-la-dominacion-Ana-Esther-Cecena-IIRSA>>. Acesso em julho de 2013.

CECENA, Ana Esther. Introdução. In: _____. (comp.). **Hegemonias e Emancipações no século XXI**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/hegemonias%20final.pdf>>. Acesso em agosto de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Especialização e Territorialização da Luta pela Terra**. A formação do MST no Estado de São Paulo. 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLECH), Departamento de Geografia, São Paulo.

_____. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro**. Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia, São Paulo.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. (Coord.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso – Editora Expressão Popular, 2008. 424 p.

_____. **A Geopolítica da Questão Agrária Mundial**. Presidente Prudente. Revista NERA, Presidente Prudente, n. 18, junho de 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf>. Acesso em junho de 2013.

GARCIA, Ana S. In ZUBIZARRETA, Juar Hernandez. et al. (ed.). **Empresas Transnacionales en América Latina**. La internacionalización de las empresas brasileñas: consensos y conflictos. Madrid: UPV/EHU, Hegoa e Omal, 2013. p. 189

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 349f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

GRAMSCI, Antonio. **La formación de los intelectuales**. Versión al español Ángel González Vegas. México: Editorial Grijalbo S.A., 1967.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982

_____. **A Questão Meridional**. Seleção e Introdução de Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico. v.72.)

_____. **Necesidad de una Preparación Ideológica de la Masa**. Edición Digital: Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/gramsci/index.htm>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2011.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUDYNAS, Eduardo. El Nuevo Extractivismo Progresista en America del Sur. In: ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F. et al. **Colonialismos del Siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio e América Latina. España: Icaria Editorial, junio de 2011. p. 75-92.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**: I capítulo seguido das teses sobre feurbach. Tradução de Silvio Bonizete Chagas. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia política – O processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. **Crise Estrutural necessita de Mudança Estrutural**. Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro. UFBA: 13 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>>. Acesso em abril de 2012.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Tradução Maria Cecília França. **Por uma Geografia do Poder**. Crítica da Geografia Política Clássica. São Paulo: Ática, 1993.
REVISTA EXAME. **Edição Especial – 40 anos**. Edição 1044E. São Paulo: Gráfica e Editora Abril, Ano 38, jul. 2013. 742p.

ROSSET, Peter, M.; TORRES, Maria Elena Martínez. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. **Journal of Peasant Studies** Routledge, UK, v. 37, n.1, p. 149-175, **2010**.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SINDICATO AGRARIO EHNE. **La Vía Campesina: las luchas del campesinato en el mundo**. Espanha: Gobierno Vasco, 2008. Disponível em: <<http://viacampesina.net/downloads/PDF/viacas.pdf>>. Acesso em 16 de agosto de 2013

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Agrohidronegocio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Revista Campo-Território** (revista de geografia agrária), *online*, v.5, n.10, p. 92–122, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>>. Acesso em julho de 2013. ISSN: 1809-6271

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Trabalho Mutante e Territórios em Disputa**. Presidente Prudente: versão *online*, junho de 2007. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:p-oC-Hnkl7kJ:www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA81/1TextoThomaz.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em abril de 2013.

VIA CAMPESINA. Cartilha **Via Campesina: A Articulação Internacional dos Camponeses**. [S.l.: s.n.], [200?]. 28 p. Documento impresso.

_____. **Que és la Via Campesina?** [S.l.: s.n.], [200?]. p. 7. Documento Impresso.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável, La Via Campesina: Relatório das Atividades de Outubro de 2008 a Agosto de 2010**. São Paulo: 13 de agosto de 2010. 18 p.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina**. São Paulo: Alameda, 2011.

Recebido para publicação em 12 de novembro de 2013

Devolvido para revisão em 05 de abril de 2014

Aceito para publicação em 06 de maio de 2014